



## proto-história e romanização guerreiros e colonizadores

Este volume contém os textos das comunicações apresentadas à sessão "Guerreiros e Camponeses: Quem procurar?", dedicada à Proto-história e Romanização.

O título sugere bem o problema arqueológico com que esta região se defronta hoje. Se o Vale do Côa apresenta o mais importante conjunto de arte rupestre proto-histórica da Península Ibérica, o conhecimento desta arte não é acompanhado por um reconhecimento das populações que a produziram e vivenciaram.

A leitura deste volume dá-nos uma perspectiva abrangente de guerreiros e camponeses, em volta da arte rupestre do Vale do Côa. Continuamos, contudo, a saber mais dos guerreiros do que dos camponeses, mais da arte do que dos artistas, e mais dos invasores do que dos invadidos.

03

**proto-história  
e romanização**  
guerreiros e  
colonizadores

**III congresso  
de arqueologia**  
trás-os-montes,  
alto douro  
e beira interior

actas das sessões

entidades organizadoras do congresso:



Centro Nacional de Arte Rupestre



Parque  
Arqueológico  
Vale do Côa

entidades financiadoras da edição:



COMISSÃO DE  
COORDENAÇÃO DA  
REGIÃO CENTRO



PROGRAMA  
OPERACIONAL  
DA REGIÃO CENTRO



Governo da  
República Portuguesa



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu de  
Desenvolvimento Regional



# 03

**proto-história  
e romanização**  
guerreiros e  
colonizadores

**III congresso  
de arqueologia**  
trás-os-montes,  
alto douro  
e beira interior

**actas das sessões**

## índice

- 4 **prefácio**  
António Ruas
- 5 **introdução**  
Luís Luís e António do Nascimento Sá Coixão
- 8 acta 1  
**Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal**  
Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz
- 29 acta 2  
**Proto-história e romanização do Baixo Côa: novos contributos para a sua caracterização**  
António do Nascimento Sá Coixão
- 56 acta 3  
**Cidadelhe e a Proto-história e a Romanização de Médio Côa**  
Manuel Sabino G. Perestrelo
- 72 acta 4  
**Proto-história e Romanização entre o Côa e o Águeda**  
Susana Rodrigues Cosme
- 81 acta 5  
**A villa romana do Prado Galego. Breves notas sobre a campanha de 2006**  
Maria Pilar dos Reis e Fernando Santos
- 85 acta 6  
**Proto-história e romanização no monte de Sra. do Castelo, Urros, Torre de Moncorvo: análise de materiais**  
Carla Maria Braz Martins

## ficha técnica

### **Editor**

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

### **Título**

Actas do III.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior

### **Coordenação do Congresso**

Alexandra Cerveira Lima, António Martinho Baptista, António Sá Coixão

### **Coordenação Editorial das Actas**

Alexandra Cerveira Lima, André Tomás Santos, António Martinho Baptista, António Sá Coixão, Luís Luís

### **Coordenação Científica da Sessão**

António Sá Coixão, Luís Luís

### **Coordenação da Publicação**

Luís Luís

### **Autores**

António Ruas, António Sá Coixão, Carla Maria Braz Martins, Fernando Santos, Francisco Sande Lemos, Gonçalo Cruz, Luís Luís, Manuel Sabino G. Perestrelo, Maria Pilar dos Reis, Susana Rodrigues Cosme

### **Gestão Editorial**

Setepés.Arte

### **Revisão de Textos**

Luís Luís e autores

### **Design**

Gina Ferreira

### **Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos**

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-3-4

### **Depósito Legal**

### **Tiragem**

1000 Exemplares

acta 3

## Cidadelhe e a Proto-história e a Romanização do Médio Côa

Manuel Sabino G. Perestrelo

(ARA - Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior)

### Resumo

Estudam-se os vestígios arqueológicos do povoado fortificado conhecido como Castelo dos Mouros (freg. de Cidadelhe, Pinhel) e procura-se integrá-los no contexto da Proto-história e da romanização da bacia média do rio Côa.

Examinam-se os indícios da presença militar romana na região no século I a.C. e na transição do milénio e destacam-se algumas questões relacionadas com a organização do território do médio Côa pelo poder romano. Propõe-se a integração do território em três *civitates*, duas delas com as respectivas capitais já identificadas.

**palavras-chave:** Médio Côa; Castelo dos Mouros; Proto-história; Romanização; Militares romanos; Capitais de *civitates*.

#### 1.

O sítio arqueológico conhecido como Castelo dos Mouros (freg. de Cidadelhe, conc. de Pinhel) é um típico povoado fortificado de altura, localizado na margem esquerda do rio Côa. Este povoado está no extremo norte de uma região que considerámos como Médio Côa e que se estende desde a linha de serranias da Guarda até ao fim da vasta área planáltica que termina na confluência da ribeira de Massueime com o rio Côa. O Castelo dos Mouros de Cidadelhe situa-se, assim, no limite setentrional desta plataforma ligeiramente inclinada para Norte. As altitudes deste planalto variam de cerca dos 1.000 metros (cidade da Guarda) até aos cerca de 500 metros no marco geodésico do Espinhaço (Cidadelhe, Pinhel), encaixando-se progressivamente no vale do rio Côa até atingir os cerca de 200 metros de altitude no leito do rio (fig. 1).

Esta breve análise do povoamento proto-histórico e da ocupação romana incidirá, essencialmente, na área localizada a sul do Castelo dos Mouros com limites cronológicos que vão do início do último milénio a.C. aos primeiros séculos do primeiro milénio da nossa era. Os resultados obtidos na curta e limitada intervenção arqueológica levada a cabo no ano de 2002 no povoado do Castelo dos Mouros servirão como ponto de partida para esta análise<sup>1</sup>.

#### 2.

A campanha militar conduzida por Júlio César nos anos 61-62 a.C. ao Monte Hermínio, narrada por Dion Cássio (*História Romana*, 37, 52-53) mostra-nos uma realidade que a investigação arqueológica tem vindo, progressivamente, a confirmar. Escreveu Dion Cássio: “E assim, embora lhe fosse possível permanecer em paz, conforme referi, dirigiu-se ao Monte Hermínio e ordenou aos habitantes que descessem à planície. Isto, dizia-o, para que eles não se lançassem em pilhagens utilizando como base as suas fortificações; mas, na realidade, sabia perfeitamente que eles jamais cumpririam esta ordem e poderia encontrar aí um pretexto de guerra. Assim aconteceu de facto. E quando alguns habitantes circunvizinhos, no temor de que também os viesse a atacar, puseram a salvo as suas mulheres e filhos e demais bens de valia através do Douro, ocupou-lhes as suas cidades enquanto eles nisto se afadigavam”. Que o Monte Hermínio se identifica com a actual Serra da Estrela não parece haver dúvidas. Mas não podemos excluir a hipótese de os romanos estenderem esta designação às diversas serranias da Beira, nomeadamente às serras do Açor, da Gardunha, da Lapa, de Leomil e, talvez, à Serra da Marofa como já defendeu Jorge de Alarcão (1993: 49).

De acordo com o curto relato de Dion Cássio pressupõe-se que não só os povos do Monte Hermínio mas também os seus vizinhos, cujas famílias se puseram em fuga com os seus bens pelo rio Douro, ocupavam povoados fortificados no cimo de colinas.

Os dados arqueológicos conhecidos levam-nos a considerar o Castelo dos Mouros de

<sup>1</sup> A intervenção arqueológica, com a duração de cerca de duas semanas, contou com o apoio financeiro do IPA e com o apoio logístico e do Parque Arqueológico do Vale do Côa e da Câmara Municipal de Pinhel a quem agradecemos. A nossa gratidão vai, igualmente, para os membros da Junta de Freguesia de Cidadelhe, bem como do então director da Residência de Estudantes de Pinhel (Prof. António Pinto) que nos deram o seu apoio. A intervenção arqueológica teve a colaboração de alunos do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra e de técnicos do PAVC, a quem agradecemos. A referida intervenção foi realizada no âmbito do projecto de investigação intitulado “O povoamento Proto-histórico e romano na *civitas aravorum* (zona Sul). Estudo, valorização e divulgação - o Castelo dos Mouros de Cidadelhe” aprovado pelo IPA no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos.

Cidadelhe como um desses povoados fortificados, localizado numa colina quase inexpugnável da margem esquerda do rio Côa, a pouca distância da actual aldeia. Embora pelo lado ocidental do cabeço onde se localiza o povoado se aceda com alguma facilidade, para quem se dirige de Sul, de Este ou de Norte a colina é quase intransponível. Precisamente na zona ocidental da colina foi construída uma muralha de pedra seca que dificultava o acesso ao centro do povoado (fig. 2 e 3).

Como já referi, em 2002 realizámos uma curta sondagem arqueológica que permitiu confirmar alguns dados já conhecidos pelos vestígios superficiais, nomeadamente que a ocupação da colina do Castelo dos Mouros de Cidadelhe recuava, pelo menos, ao final da Idade do Bronze. Com efeito, os materiais arqueológicos que caracterizam esta etapa da Idade do Bronze aparecem com alguma abundância: trata-se de cerâmicas decoradas do tipo “Cogotas I”, cerâmicas do tipo “Baiões/Santa Luzia” e diversos elementos de barro de revestimento de cabanas com marcas em negativo dos ramos entrelaçados (Perestrelo, 2005).

As informações recolhidas nesta intervenção arqueológica, nomeadamente alguns restos de cerâmica, indiciam que a colina foi habitada noutros momentos do último milénio a.C. Mas, com os dados disponíveis, não se pode assegurar que a ocupação da colina tenha sido ininterrupta, ou seja, não se sabe se houve alguns hiatos em algum momento do último milénio a.C.<sup>2</sup> Com efeito, a intervenção arqueológica realizada em 2002 não permitiu a recolha de elementos determinantes sobre a ocupação da Primeira Idade do Ferro, ou seja, do período que vai do século VIII ao século V a.C. Além do mais, durante a escavação arqueológica verificámos que os vestígios do Final da Idade do Bronze misturavam-se com outros elementos que podíamos classificar como materiais da Primeira Idade do Ferro mas, também, com materiais da Segunda Idade do Ferro e da época romana. Esta amálgama de materiais deve-se ao cultivo dos terrenos da colina do Castelo dos Mouros até momentos muito recentes o que levou à destruição dos níveis arqueológicos<sup>3</sup>. Assim, atendendo à miscelânea de materiais de várias épocas e à falta de níveis arqueológicos preservados, tornou-se difícil distinguir os vestígios que testemunham uma ocupação da Primeira Idade do Ferro.

Mesmo noutras regiões já amplamente estudadas, mas sem cronologias absolutas, tem sido difícil classificar as ocupações da Primeira Idade do Ferro, sobretudo, pela dificuldade em distinguir os materiais cerâmicos do Bronze Final dos materiais da fase subsequente. Por essa razão, alguns sítios arqueológicos da Cova da Beira foram genericamente classificados como sítios de “Proto-história Antiga”, entendida “como a junção do Bronze Final e do Ferro Inicial”, (Vilaça *et al.*, 2000: 190). No entanto, materiais como as cerâmicas “cepilladas”, a cerâmica com decoração plástica associada a pastas grosseiras, arenosas e muito friáveis, por vezes com elevadas concentrações de mica, têm sido atribuídas, na Beira Interior, à Proto-história Antiga. Pelas razões apontadas, no estádio actual de investigação é difícil saber se alguns destes povoados de altura deixaram, efectivamente, de ser habitados em algum momento do último milénio a.C. ou se, pelo contrário, continuaram habitados e, apenas, não somos capazes de destrinçar os materiais produzidos por essas populações.

A descoberta ocasional de um povoado “de fossas” no Picoto (Galegos, Guarda) datado pelo C14 do século VI-V a.C. pode abrir novas perspectivas para o estudo deste período na região. Este sítio localiza-se numa zona planáltica, sem qualquer preocupação defensiva e, portanto, difere radicalmente de outros povoados conhecidos na região, quer dos povoados do Bronze Final quer dos da Segunda Idade do Ferro (Perestrelo, Santos e Osório, 2003). A cerâmica recolhida neste povoado era muito grosseira, arenosa, de pastas muito friáveis, com muitos elementos de mica e raramente decorada. A pouca decoração dos fragmentos cerâmicos restringia-se aos botões plásticos, a alguns cordões com impressões e aos sulcos largos e superficiais, características que se encontram, igualmente, em muita da cerâmica exumada no

<sup>2</sup> No Médio Côa este é um dos povoados ocupados no final da Idade do Bronze que apresenta vestígios de ocupação da Segunda Idade do Ferro e da época romana. Em outros povoados como Castelo Mendo (Almeida), Bogalhal Velho (Pinhel), Castelo de Prados (Pinhel), têm surgido alguns elementos arqueológicos dispersos que apontam para uma ocupação em vários momentos do último milénio a.C. No entanto, nunca foram realizadas escavações arqueológicas nesses sítios que pudessem atribuir um contexto a esses materiais (Perestrelo, 2005).

<sup>3</sup> Esses sinais eram bem visíveis nos afloramentos rochosos que apresentavam diversos “sulcos” rasgados pelos arados.

<sup>4</sup> A conhecida citação de Dion Cássio é reforçada por uma outra referência de Estrabão “Ainda que este país seja naturalmente rico em frutas e gado, e também em ouro, prata e outros metais, a maioria destes povos renunciou a aproveitar estas riquezas naturais para fazer vida de salteadores. Sempre na verdade viveram em guerras, ou entre si ou com os seus vizinhos de além do Tejo, até que os Romanos puseram fim a este estado de coisas, fazendo descer as povoações fortificadas da montanha para a planície e transformando-as em aldeias. Os responsáveis destes incidentes foram sem dúvida os serranos, que cultivavam uma terra muito pobre, pouco tinham de seu e, por isso, cobiçavam o que era dos outros.” (Estrabão, 1, 242).

<sup>5</sup> No Médio Côa apenas se conhece mais um exemplar em Castelo Mendo, conc. de Almeida (Perestrelo, 2005).

<sup>6</sup> Os fundibulários (*funditores*), mencionados em diversas ocasiões ao longo da Guerra das Gálias e das Guerras Civis, eram uma importante força de apoio das legiões da época Republicana. A utilização destes soldados auxiliares, recrutados maioritariamente nas Baleares, na África do Norte e no Mar Egeu, decaiu a partir de Augusto (ver Poux e Guyard, 1999: 29). Na Gália as séries de projecteis de funda em chumbo, recolhidas em contexto datado, provêm dos sítios cesarianos de Alésia e de La Cloche, destruídas respectivamente em 52 e em 45 a.C. (Poux e Guyard, 1999: 29).

<sup>7</sup> A norte da Lomba do Canho, apenas se conhecia até ao momento um exemplar em Carviçais (Torre de Moncorvo). Também na Extremadura espanhola alguns projecteis de chumbo têm sido encontrados em castros como o de La Muralla del Aguijón de Pantoja, em Trujillo (Martín Bravo, 1999: 131).

Castelo dos Mouros de Cidadelhe. A questão que se coloca é a de saber se o tipo de povoado como o que foi escavado no Picoto foi o mais generalizado nesta região durante a Primeira Idade do Ferro ou se, pelo contrário, trata-se de uma ocorrência isolada. Perfilhando a primeira hipótese teríamos de admitir a possibilidade da transferência da população, no início da Idade do Ferro, dos povoados de altura para aldeias sem preocupações defensivas localizadas em zonas planálticas e, conseqüentemente, uma redução da população nos povoados de altura ou até, mesmo, o seu abandono total.

Os povoados da Segunda Idade do Ferro, que corresponde, *grosso modo*, à segunda metade do último milénio a.C., são mais fáceis de identificar no Médio Côa. Em geral, estes apresentam algumas características comuns a povoados razoavelmente bem conhecidos noutras regiões onde a investigação arqueológica tem sido mais intensa. Por outro lado, há um conjunto de elementos materiais facilmente datáveis como as fíbulas, as cerâmicas estampilhadas ou penteadas, as cerâmicas pintadas, entre outras (fig. 4). Não raras vezes, estes materiais estão associados a verracos ou berrões ou, ainda, a estruturas defensivas, algumas delas complexas.

A investigação arqueológica tem mostrado que alguns povoados da Segunda Idade do Ferro foram abandonados no início do domínio romano. Mas não se pode concluir que o fenómeno foi generalizado por imposição romana. Com efeito, os indícios arqueológicos recolhidos em muitos povoados da Beira Interior mostram uma realidade algo distinta daquela que é descrita em algumas fontes clássicas<sup>4</sup>. Se há indícios de abandono de alguns povoados de altura da Segunda Idade do Ferro no início do período romano, muitos outros continuaram ocupados e poderão, inclusivamente, ter aumentado a população e a área habitada. Não é, por isso, defensável o pressuposto de que houve uma transferência massiva de populações indígenas dos seus castros para as aldeias de planície no período da conquista romana como, aliás, Jorge de Alarcão já havia alertado (Alarcão, 1988b; Alarcão, 1988c). De entre os povoados do Médio Côa com vestígios da Segunda Idade do Ferro e da época romana destacamos, além do Castelo dos Mouros de Cidadelhe, o Castelo de Prados (Freixedas, Pinhel), Castelo Mendo (Almeida), Castelos Velhos/Póvoa do Mileu (Guarda). Destes, apenas dois povoados têm muralha (Castelo dos Mouros, limitada a uma zona do povoado e Castelo de Prados. Apenas dois povoados do Médio Côa (Castelo de Ervedosa, Pinhel e Castelo de Monforte, Figueira de Castelo Rodrigo) não apresentam qualquer indício de romanização (Perestrelo, 2003a).

A conhecida referência de Dion Cássio aos povoados dos habitantes do Monte Hermínio e dos povos circunvizinhos traduz uma realidade já do século I a.C., ou seja, do período final de confrontação entre lusitanos e romanos. Mas nada nos faz supor que o povoamento nos séculos anteriores fosse diferente da situação que é narrada, ou seja, os povoados localizados no alto das colinas recuavam a um período muito anterior à chegada das tropas romanas à região, como a arqueologia nos tem demonstrado. Não sabemos, no entanto, quando foram construídas as muralhas.

Infelizmente, a intervenção arqueológica realizada no Castelo dos Mouros de Cidadelhe não nos permitiu recolher indícios seguros sobre a época de construção da muralha. As características da fortificação (construída em pedra seca e adaptando-se às irregularidades do terreno) conduz-nos para uma datação da Segunda Idade do Ferro (fig. 5). Mas é, igualmente, óbvio que no período romano (ou no fim deste período), a muralha foi reconstruída com materiais de edifícios romanos como pedras almofadadas, pedras trabalhadas e, eventualmente, fragmentos de inscrições (Perestrelo, 1988a; Perestrelo, 2005).

### 3.

De entre os vestígios romanos conhecidos no Castelo dos Mouros destaca-se um elemento que é bastante raro nos povoados romanizados da região mas que, normalmente, está associado à presença de militares<sup>5</sup>. Trata-se de um projectil de funda em chumbo, de fabrico romano, descoberto na escavação de 2002 (fig. 6).

Os projecteis de funda em chumbo encontram-se em grande número nos acampamentos romanos do século I a.C. como é o caso do conhecido acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)<sup>6</sup>. Segundo Amílcar Guerra, os projecteis de funda em chumbo tornam-se raros a partir do século I d.C. e parecem estar claramente associados a contextos relacionados às chamadas “Guerras de Sertório” na primeira metade do século I a.C. e com as movimentações de tropas romanas durante o período das “Guerras Civis” de meados do mesmo século (Guerra, 1987: 161)<sup>7</sup>.

Provavelmente, o já mencionado ataque de Júlio César aos povos do Monte Hermínio e aos povos circunvizinhos, relatado por Dion Cássio, terá levado aos castros da Beira Interior os projecteis de funda em chumbo. Curiosamente, Jorge de Alarcão traçou um hipotético caminho percorrido pelas tropas de César através do vale do rio Erges atingindo a serra da Gata e da Malcata, prosseguindo, depois, pela ribeira de Meimoa até chegar às proximidades da Guarda (Alarcão, 1988b: 44). Infelizmente não se conhecem os acampamentos utilizados pelas tropas romanas mas é bastante provável que estas, depois de dominarem a região, se tenham instalado em alguns povoados indígenas fortificados recém conquistados ou nas proximidades desses castros<sup>8</sup>.

Para Carlos Fabião (1989: 46) pelo menos no ano de 48 a.C. já havia acampamentos permanentes para as tropas romanas pois uma referência no “*De Bello Alexandrino*”, alude ao facto de C. Longino, estando nesse ano em *Corduba* para passar o Inverno, terá recebido ordens de Júlio César para ir à Lusitânia buscar as tropas que tinha deixado em vários acampamentos.

No território do Médio Côa existem alguns outros indícios importantes da presença de tropas romanas desde o século I a.C. Com efeito, para além dos dois projecteis de funda conhecidos no Médio Côa (Castelo dos Mouros e Castelo Mendo), há outros indícios arqueológicos que podem estar associados à presença de tropas romanas na região<sup>9</sup>. Por exemplo, no Castelo de Prados (Pinhel) apareceram diversos contos de lança em ferro romanos, objectos muito comuns em acampamentos romanos da área da Meseta.

Estes elementos de cariz militar podem lançar uma nova luz sobre outros achados arqueológicos da região do Médio Côa já conhecidos mas ainda mal contextualizados. Um desses achados é a estela com inscrição descoberta em Argomil, no limite sul do concelho de Pinhel (fig.7). O texto da epígrafe, com cerca de 160 cm de comprimento, é muito simples: IMP / DIVI F / AVGVSTV / COS XI / IMP VIII (“Ao imperador Augusto, filho do Divino, Cônsul pela décima primeira vez e Imperador pela oitava vez”). Não sabemos se a pedra encontrada sob o altar da igreja de Argomil foi ali achada quando se construiu a igreja e reutilizada como material de construção ou se foi trazida de um outro local mais distante. O certo é que nas imediações da igreja não se conhecem outros vestígios da época romana<sup>10</sup>.

Esta inscrição de Argomil está datada de 23 ou de 20 a.C. Sob o campo epigráfico foram gravadas umas linhas que têm sido interpretadas como símbolos militares: um possível escudo redondo do tipo “*caetra*” e uma palma estilizada. A pedra já foi classificada como um *terminus augustal* (Alarcão, 1988a), uma pedra honorífica (Perestrelo, 2003a: 138), uma inscrição para a comemoração da construção de uma estrada (Vaz, 1985). Recentemente Jorge de Alarcão retomou a hipótese de a pedra de Argomil corresponder a um marco terminal mas de um território militar e não de uma *civitas* (Alarcão, 2006)<sup>11</sup>.

<sup>8</sup> O sítio arqueológico da Lomba do Canho (Arganil) é, mais uma vez, paradigmático pois depois de ter sido inicialmente considerado um castro convertido em “local de estacionamento de tropas romanas”, foi posteriormente reclassificado como um acampamento romano ocupado entre 75 e 45 a.C. (Guerra, 1987: 172; Fabião, 1989: 34). Localizado num esporão alongado de forma grosseiramente rectangular, encaixado no rio Alva, com boas condições naturais de defesa, apresenta as características de um típico povoado castrejo.

<sup>9</sup> Um dos mais antigos indícios da presença de tropas romanas na região está relacionado com as guerras Sertorianas. Um tesouro de moedas romanas descoberto na Tapada de Longroiva (Meda) com a moeda mais recente datada de 79 a.C., poderá estar relacionado com as campanhas de Júlio César (Alarcão, 1999: 4) ou, mesmo, com as campanhas de Sertório conduzidas entre 80 e 77 a.C. Com efeito, um dos episódios das guerras Sertorianas está relacionado com um *oppidum* de nome *Langobriga* que foi atacada pelas tropas de Metelo.

<sup>10</sup> Inês Vaz (1985: 635) refere que é provável que “outras inscrições se tenham achado, mas foram destruídas, como nos afirmaram no local”. Não sabemos se essas “outras inscrições” eram romanas ou medievais. Nas imediações da actual povoação de Argomil apenas se conhecem algumas sepulturas rupestres associadas a alguma cerâmica da Alta Idade Média.

<sup>11</sup> Curiosamente, o concelho de Pinhel foi delimitado em 1209 pela linha de alturas de Argomil, embora esta povoação esteja mais próxima da Guarda do que de Pinhel.

Com efeito, está, hoje, posta de parte a classificação da epígrafe de Argomil como um *terminus augustal* de delimitação do território de uma *civitas* pois o território das *civitates* desta área da Lusitânia parecem ter sido delimitadas apenas por volta dos anos 4 ou 5 d.C. pelo governador Quinto Artuculeio Régulo. A atestá-lo há alguns *termini augustales* encontrados na Lusitânia, nomeadamente em Salvador, Peroviseu e Guardão (Perestrelo, 2003a: 138-139; Alarcão, 2006: 135). Também os *termini augustales* encontrados na zona de Ciudad Rodrigo datam de 6 d.C. e, por isso, não existem razões para que a *civitas* da área Argomil (talvez a dos Lancienses Transcudanos) tenha sido delimitada por volta de 23 ou 20 a.C. (Perestrelo, 2003a: 138). Já a classificação da epígrafe de Argomil como um *terminus* de carácter militar, que delimitava um território explorado por um destacamento militar presente na região no século I a.C., parece merecer mais atenção (Alarcão, 2006: 135).

Uma outra pedra encontrada em Alfaiates (Sabugal) já há muito publicada poderá esclarecer esta questão visto que o texto apresenta um formulário muito idêntico: [...] I [...] / CX [...] / IM[P] / CAESA[R] / DIVI F / AVGVSTVS / C[O]S XII[I] / IMP / X[VI] vel VII).

Trata-se de uma inscrição mais tardia do que a de Argomil (data de 4 ou 5 a.C.) e não apresenta qualquer elemento decorativo (Alarcão, 2006: 134; Osório, 2006: 147). Mas, ao contrário de Argomil, em Alfaiates foram encontrados muitos vestígios que podem indiciar a presença de um acampamento romano. As descrições feitas por Brás Garcia de Mascarenhas no século XVII são bastante elucidativas<sup>12</sup> pois descreve as muralhas (?) de terra batida associadas a materiais de construção, pedras almofadadas, duas moedas de Sertório e “cavas”. Mais recentemente, Marcos Osório identificou na fotografia aérea da povoação uma estrutura de contorno grosseiramente oval que, segundo o investigador, podia corresponder a um acampamento republicano (Osório, 2006: 70 e fot. aérea n.º 8: 189)<sup>13</sup>.

Não temos para a área de Argomil, vestígios arqueológicos que possam ser classificados como testemunhos de um acampamento romano. Apenas na zona do Verdugal (Guarda), há a notícia do aparecimento de vestígios romanos de entre os quais se destaca uma moeda de “*caetra*” com a representação de um escudo circular, de duas lanças e de uma palma. Estas moedas estão estreitamente associadas a contextos militares e foram cunhadas na segunda metade do século I a.C. para pagar aos militares que participaram nas chamadas “Guerras Cântabras” (Perestrelo, 2003a: 138).

Se a pedra de Argomil – como a de Alfaiates – serviu para delimitar um território militar, eventualmente de um corpo de tropas auxiliares romanas que se fixou na região do Médio Côa, não conhecemos, ainda, o local exacto onde teria estabelecido o seu acampamento. Por outro lado, esse corpo militar não gravou a sua identificação na pedra, como é comum nestes casos. Mas sabemos que no momento em que foi gravada a pedra de Argomil (23-20 a.C.) estavam estacionadas na Península Ibérica diversas unidades militares romanas. Uma dessas legiões era a *Legio IIII Macedonica* com o acampamento principal fixado em Herrera de Pisuerga (Palencia).

Ora, na Quinta da Urgueira (Manigoto, Pinhel) apareceu, há uns anos, um fragmento de tegula com uma marca que parece de origem militar (fig.8). Embora um pouco desgastada, a marca, em cartela rectangular, com medidas padronizadas (11,5 x 2,7 cm), está quase completa. A leitura permitia ver as seguintes letras: *L IIII MA* (ou MD). A reconstituição possível era a de uma típica marca legionária – *L(egio) IV MA(edonica)* ou *L(egio) IV M(ace)D(onica)* (Perestrelo, 1998b).

A Legião IV Macedónica esteve estacionada na Península Ibérica entre cerca de 30 a.C. e 41 d.C. tendo participado nas campanhas militares do Norte Peninsular entre 27 e 19 a.C. (Pérez González, 1986; Le Roux 1982: 61 e 92). Sabe-se que alguns grupos de militares desta legião foram destacados para regiões bastante afastadas do seu acampamento

<sup>12</sup> “(...) achei de baixo de mais de 15 palmos de terra duas rodens de muros, huã de cantaria com cal que eram os alicerces de el rei Dom Manuel, outra mais adentro de cantaria com barro, cousa mais antiga de que inda flcou hu pedaço debaixo de huã cortina que se foi levantando sobre este muro. Acharam se nestas cavas e escarpas muitas moedas de cobre, quatro ou cinco de prata, duas delas de Sertorio, acharam se estribos com cadeas per loros, mós de moinhos de mão, carvões e outros indícios de que se asolou ali grande povoação que ocupava todo aquele monte que gira com a vila. A fortificação que fiz nela em tres meses 4680 pes geometricos ate o Castelo e por fora dele pera a parte do Sul adonde chamam as eiras, mandei desfazer huãs cavas antigas que giravam pouco menos e mostravam serem de Romanos e serem redondas e sem descortino como a cava de Viseu (...)” In Gomes, 1996: 112. Vide também Osório, 2006: 70.

<sup>13</sup> Um pouco mais a sul, nas proximidades das minas romanas do Covão do Urso (Meimoa, Penamacor), Sánchez-Palencia identificou uma outra estrutura grosseiramente oval que pode corresponder a um outro acampamento romano, este associado à exploração mineira (Sánchez-Palencia, 2005).

principal, nomeadamente para a região de Saragoça e de Logroño onde deixaram diversos testemunhos epigráficos (Le Roux, 1982: 119). Teremos, também, nesta região do Médio Côa um destacamento militar da Legião IV Macedónica? Os escassos indícios não permitem, ainda, responder satisfatoriamente a esta questão. Por outro lado, os elementos arqueológicos descobertos na Quinta da Urgueira (Manigoto, Pinhel) parecem apenas indiciar a presença de uma modesta construção romana, talvez uma habitação de dimensões médias, construída junto de bons terrenos agrícolas e de uma linha de água. Ali aparecem os materiais de construção, a cerâmica doméstica, os moinhos circulares mas também elementos associados à exploração mineira como os martelos de mineiro em pedra e a escória (Perestrelo, 2003a: 74). De todas as estações arqueológicas da época romana inventariadas no Médio Côa, não lográmos identificar nenhuma que pudesse ser apresentada inequivocamente como acampamento romano. No entanto, há um sítio que classificámos como povoado fortificado de altura, com abundantes vestígios de romanização, que poderá ser visto de uma outra perspectiva. Trata-se do Castelo de Prados (Freixedas, Pinhel) onde se encontraram, por exemplo, diversos contos de lança em ferro e cerâmica campaniense, rara nesta região mas abundante, por exemplo, no assentamento militar da Lomba do Canho (Fabião e Guerra, 1996; Guerra, 2004). Observando a fotografia aérea mais antiga do sítio é possível ver uma vasta estrutura grosseiramente rectangular (fig. 9) que, *in loco*, confirmava-se ser de uma muralha (Perestrelo, 2003a: 70). No interior deste amplo rectângulo encontra-se a maior concentração de vestígios romanos enquanto nas plataformas localizadas a Sul se encontram materiais do final da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, associadas a muralhas de construção mais tosca. Todavia, o Castelo de Prados está um pouco afastado dos outros sítios com achados arqueológicos de cariz militar, principalmente do sítio da Quinta da Urgueira e de Argomil. Já noutras regiões peninsulares e, especificamente, da Lusitânia foram identificados acampamentos romanos em locais alcantilados, com boas condições naturais de defesa e com muralhas. Alguns desses acampamentos estabeleceram-se nas imediações de povoados indígenas ou, eventualmente, nos próprios povoados conquistados pelas tropas romanas. Um dos acampamentos mais conhecidos, estabelecido em local alcantilado, é o já referido acampamento militar da Lomba do Canho (Arganil) implantado num esporão quartzítico aplanado da margem esquerda do rio Alva, com amplo domínio visual sobre o território das imediações (Fabião, 1989: 34). Outro local com características de povoado indígena fortificado é a conhecida estação arqueológica de Chibanes (Palmela) que pode ter albergado tropas romanas no século II a. C. (Guerra, 2004). Neste sítio, situado na crista da Serra do Louro, têm sido encontrados inúmeros materiais romanos datados dos finais do século II a.C. como ânforas ibero-púnicas e cerâmica campaniense. Para Amílcar Guerra, este sítio pode mesmo ter sido o local de assentamento de *Caepiana*, o povoado mencionado por Ptolomeu (Guerra, 2004).

O sítio arqueológico denominado de Castelo de Prados não se afasta das características gerais destes sítios ocupados pelas tropas romanas. No entanto, apenas uma intervenção arqueológica no local poderá esclarecer as nossas dúvidas sobre a natureza desta importante estação romana.

As funções dos militares romanos nesta região podiam ir desde a manutenção da paz e da ordem, numa região que tradicionalmente levantava alguns problemas à administração romana dada a conhecida belicosidade dos habitantes do Monte Hermínio e dos seus vizinhos. Mas também podia passar pelo controle da exploração mineira em que a região é rica, pela construção de estradas ou simplesmente pela tarefa de estabelecer os limites das diversas civitates assegurando a paz e a ordem. A presença de militares romanos na região está igualmente atestada em Numão e em Longroiva, no primeiro caso um cavaleiro da 3.<sup>a</sup> Coorte dos Lusitanos<sup>14</sup> e, no segundo caso, um cavaleiro da VII Legião Gemina Félix<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> *TI(berius) . CLAUDIUS / SAILCIUS . EQ(ues) . / C(o)HOR(tis) . III (tertia) . LUS / ITANORUM / DIS . DEABUSQ(ue) / CONIUMBRI(Gensium) . / [V(otum)] . S(olvit) . L(ibens) . M(erito)*. (Curado, 1998-94: 219).

<sup>15</sup> *Q(uintus) . IULIUS / MONTA[NUS] / EQ(ues) . LEG(ionis) VII (septimae) [G(eminae)] / F(elicis) . BANDI . [L?]A / NGOBRICV / V(otum) . S(olvit) . A(nimo)*. (Curado, 1985b: 44; Guerra, 2004). Sobre a presença de um destacamento da Legião X Gemina no vale do Douro vide Alarcão, 2005b.

#### 4.

Após a conquista e a pacificação desta região, o poder romano procurou reorganizar o território criando as *civitates*, com a respectiva capital, fazendo-as corresponder, *grosso modo*, aos diversos *populi* indígenas que habitavam a Beira Interior.

As *civitates* eram entidades administrativas e fiscais, com um território próprio demarcado, por vezes com marcos terminais como os que se conhecem da Cova da Beira, no Douro e na região de Ciudad Rodrigo. Estes *populi/civitates*, que ocupavam o vasto território da Beira Interior e da Beira Alta, foram evocados na famosa inscrição da Ponte de Alcântara, datada do início do século II d.C.<sup>16</sup>.

Para além da *civitas* dos Aravos e dos Cobelcos, o território do Médio Côa estaria repartido por uma outra *civitas*, possivelmente a dos Lancienses Trancudanos. Sabe-se, desde há muito, que a capital da *civitas* dos Aravos estava na actual Devesa de Marialva (concelho da Meda) pois ali foi achada no século XVIII uma inscrição consagrada a Adriano pela *civitas Aravorum* (Perestrelo, 2003a)<sup>17</sup>.

Também parece não subsistir qualquer dúvida sobre a localização da capital dos *Cobelci* na actual Torre de Almofala onde foi descoberta uma inscrição consagrada a Júpiter pela *Civitas Cobelcorum* (Frade, 1998)<sup>18</sup>. Estes ocupariam o planalto situado entre o Côa, o Águeda e o Douro, talvez até à zona de Almeida, confrontando a Oeste com a *civitas* dos Aravos.

Os estudos arqueológicos mais recentes têm vindo a analisar a questão da dimensão das capitais das *civitates* da Beira Interior. Com efeito, os dados conhecidos parecem apontar para o facto de estas não corresponderem, necessariamente, a grandes núcleos urbanos como os que existiram em zonas mais meridionais da Península ou nas regiões do litoral atlântico (Carvalho, 2005; Carvalho, 2006). Só por essa razão se poderá explicar que na capital da *civitas* dos *Cobelci*, identificada na Torre de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), os vestígios fossem tão modestos que, até à descoberta da ara a Júpiter em 1998, nada fazia supor que ali estava a capital de uma *civitas*.

Também na já há muito conhecida capital dos *Aravi*, os vestígios arqueológicos são insignificantes e pouco adequados à presença de uma “capital” de *civitas*, pelo menos comparável a uma *Aeminium*, a uma *Conimbriga* ou, mesmo, a uma capital dos *Igaeditani*. Pode, pois, concluir-se que algumas capitais de *civitates* da Beira Interior e da região do Douro foram de dimensões bastante modestas. Por isso, os investigadores têm grande dificuldade em identificar os centros urbanos que funcionaram como capitais de *civitates* desta região sem que surja uma prova clara como a ara a Júpiter da Torre de Almofala (Frade, 1998) ou a ara consagrada ao imperador Adriano pela *civitas Aravorum* (CIL II 429; ILER 6045; Rodrigues, 1983; Perestrelo, 2003a).

Pelas razões já aduzidas não se conhece com segurança o local de implantação da capital dos Lancienses Trancudanos. Mas, tendo em conta que a ordenação dos povos listados na inscrição da Ponte de Alcântara seguiu um critério geográfico, os Lancienses Trancudanos localizavam-se a sul dos Aravos. Ora, o local com mais vestígios arqueológicos localizado a sul da *civitas* dos Aravos é, precisamente, a estação arqueológica da Póvoa do Mileu (Guarda). Neste sítio, que está a ser escavado por Vítor Pereira, têm sido exumadas as estruturas de um edifício termal de grandes dimensões (Pereira, 2003; Pereira, 2005). Mas outros vestígios importantes tinham já sido encontrados nas imediações, merecendo destaque uma estátua couraçada datada do século II d.C. (Sousa, 1990) encontrada sob o pavimento da capela do Mileu.

As estruturas romanas da Póvoa do Mileu têm sido classificadas como os restos de uma *villa* romana. No entanto, a cronologia dos materiais, a monumentalidade das estruturas e o tipo de elementos ali encontrados parece apontar para a existência de um núcleo urbano,

<sup>16</sup> Exceptua-se a *civitas* dos *Cobelci* que, estranhamente, não é referida nesta inscrição: *Municipia / provinciae / Lusitaniae stipe / conlata quae opus / pontis perfecerunt / Igaeditani / Lancienses Oppidani / Talori / Interannienses / Colarni / Lancienses Trancudani / Aravi / Meidubrigenses / Arabrigenses / Banienses / Paesures.* (In Alarcão, 1988b: 35).

<sup>17</sup> IMP(atori). CAES (ari).DIVI. TRAIAN / PARTICI.F(ilio). TRAIANO / HADRIANO. AVG(usto). / PONT(ifici). MAX(imo). TRIB(uniciae). / POTES(tatis). I. CO(n)S(uli). II / CIVITAS ARAVOR(um) (CIL II 429; ILER 6045).

<sup>18</sup> Durante o debate que se seguiu à apresentação das comunicações apresentadas neste congresso, discutiu-se a questão da localização da capital dos Cobelcos que, segundo Susana Cosme, poderia estar no castro de Santo André, na mesma freguesia de Almofala. Conhecendo a localização e os vestígios do sítio romano de Santo André, tivemos oportunidade de manifestar as nossas dúvidas por diversas razões que apresentámos: a localização do castro, num local quase inacessível e num extremo do território da *civitas* afastado das vias de comunicação; pela natureza e simplicidade dos vestígios conhecidos e, sobretudo, pela presença de uma ara consagrada a Júpiter pela *civitas Cobelcorum* tombada em frente às ruínas do templo romano.

eventualmente de uma capital de *civitas*.

É provável que a selecção dos locais para a implantação dos centros urbanos tenha sido feita no mesmo período do estabelecimento dos limites das diversas *civitates* desta região, ou seja, por volta dos anos 4 a 6 d.C.

Pelo que se conhece nesta região, as capitais de *civitates* foram estabelecidas não nos grandes povoados indígenas, mas nas suas proximidades ou em locais estratégicos do território, certamente ligados a vias de comunicação. Parece ter sido o caso da capital dos Aravos estabelecida na planície da actual Devesa de Marialva, embora nas proximidades de um povoado indígena (se, de facto, se confirmarem os vestígios pré-romanos e romanos da zona do castelo de Marialva)<sup>19</sup> (Rodrigues, 1983). Também a capital da *civitas* dos Cobelci foi edificada numa pequena colina pouco elevada da actual freguesia de Almofala (Torre de Almofala). Foi, tudo o indica, uma criação da época romana, afastada dos povoados indígenas como o conhecido castro de Santo André.

Como dissemos, as capitais de *civitates* da Beira Interior tinham uma dimensão bastante modesta a avaliar pelos vestígios conhecidos associados às capitais já identificadas. Os edifícios de carácter público na capital dos Aravos e na dos Cobelcos podiam reduzir-se ao templo, habitualmente consagrado a Júpiter, a algum elemento de estatuária romana de tipo monumental, votiva ou honorífica (Torre de Almofala e Póvoa do Mileu), e ao edifício das termas públicas (Devesa de Marialva e Póvoa do Mileu)<sup>20</sup>.

A capital dos Cobelcos pode ser analisada, aliás, como o paradigma da maioria das capitais da Beira Interior<sup>21</sup>. Até à descoberta da ara consagrada a Júpiter e às escavações realizadas por Helena Frade na década de 90 do século passado, dificilmente se imaginaria que estavam ali as ruínas de uma capital de *civitas* romana (Frade, 1990; Frade, 1998). Para além do *podium* do templo e de um fragmento de estátua, não havia outros restos monumentais, o acervo epigráfico era limitado, e os vestígios arqueológicos eram pouco significativos (Lobão *et alii*, 2005: 180). Numa exhaustiva prospecção arqueológica realizada na área da Torre de Almofala, capital da *civitas* dos Cobelcos, os arqueólogos J. Lobão, A. Marques e D. Neves (2005) chegaram à conclusão que “exceptuando os achados provenientes do centro cívico, que revelam uma grande qualidade de execução e uma certa monumentalidade, os materiais existentes à superfície do solo, na restante área da Torre de Almofala, embora dispersos por uma área de cerca de 60.000 m<sup>2</sup>, são os mesmos que encontramos nas aldeias, isto é, cerâmica de construção, cerâmica comum e raros fragmentos de *terra sigillata hispânica*”. O centro urbano dos Cobelcos também não terá atraído muita população para as suas vizinhanças pois nos arredores apenas foram detectados pequenos sítios e alguns casais (Lobão *et alii*, 2005: 180)<sup>22</sup>.

O Castelo dos Mouros de Cidadelhe situava-se na fronteira das duas *civitates* da região: a dos Cobelcos e a dos Aravos mas estava, certamente, integrada nesta última. O povoado terá mantido alguma população durante o domínio romano beneficiando do facto de gozar de uma posição privilegiada para o controle de uma passagem do rio Côa e de uma estrada que ligava as duas capitais.

Outros povoados indígenas de altura do médio Côa continuaram habitados ao longo do período romano, como já vimos. No entanto, alguma população destes povoados castrejos ter-se-á dispersado pelo território das *civitates* instalando-se nos *vici*, criados nas planícies, nas *villae* e em modestos casais estabelecidos junto das melhores terras agrícolas ou nas proximidades dos povoados de altura.

Com efeito, no novo quadro político e administrativo romano da Beira Interior surgiram, também, os povoados tipicamente romanos – os *vici*. Estas povoações estabelecidas nas áreas planálticas, sem preocupações defensivas são uma criação romana e estavam

<sup>19</sup> Neste local, denominado de castro de São Justo, teriam aparecido fíbulas de alfinete de bronze da Idade do Ferro, mós de vaivém, machados e enxós em pedra (Rodrigues, 1983: 59).

<sup>20</sup> Ver a este propósito Perestrelo, 2003a. Sobre o hipotético templo consagrado a Júpiter ver Coixão, 2005.

<sup>21</sup> Os núcleos urbanos romanos da actual Idanha-a-Velha, Bobadela e Viseu devem ser vistos como excepções entre os núcleos urbanos romanos do interior da Lusitânia.

<sup>22</sup> Segundo os mesmos autores, a 15 minutos de marcha da Torre de Almofala localizava-se uma aldeia que atraiu algum povoamento para as imediações.

<sup>23</sup> Acerca da proposta de reconstituição do nome do *vicus* vide Fernandes *et alii* (2006: 172).

<sup>24</sup> Também no sítio de Gravato/Vale de Mouro, junto à *villa* romana que está a ser escavada, dotada de alguma magnificência, poderia ter existido um *vicus* (*vicus* *Segoabonca*?).

<sup>25</sup> Identificámos outro possível *vicus* da *civitas* dos Cobelcos em Pedregais (Vilar Torpim, Figueira de Castelo Rodrigo). Os materiais deste sítio arqueológico têm uma cronologia relativamente tardia, do séc. II ao séc. IV d.C. (Perestrelo, 2003a: 140).

<sup>26</sup> Parece ser este o caso do Castelo de Ervedosa (Pinhel).

<sup>27</sup> Ver o exemplo do Cabeço do Crasto de São Romão (Seia) onde, numa intervenção arqueológica foram identificadas pedras almofadadas associadas a uma ara que documenta a construção de um importante edifício em 217 a.C. (Guerra, 1989, 425; Guerra, 1996).

<sup>28</sup> Embora as ruínas arqueológicas do Vale do Mouro/Gravato tenham sido classificadas como as ruínas do *vicus* *Segoabonca* (Coixão, 2004), pensamos que o tipo de estruturas descobertas até ao momento seja mais adequado à presença de uma *villa* do que de um *vicus* (vide Fernandes *et alii*, 2006).

<sup>29</sup> Muitos desses novos sítios romanos têm sido descobertos na sequência do acompanhamento de rodovias como foi o caso do sítio romano do Sobral da Serra, conc. da Guarda (Fragoso e Antunes, 2004), ou do sítio da Quinta da Pega, conc. de Pinhel. Este sítio foi descoberto a pouca distância de um outro sítio inventariado, denominado de Quinta do Moinho Santo que classificámos como uma granja (Perestrelo, 2003a: 70). A densa vegetação que cobria a zona antes da abertura do novo troço

integradas na área de uma *civitas*. Dependiam administrativamente da capital mas podiam dispor de algumas funções tipicamente cidadinas de carácter económico, religioso e até administrativo (Fernandes *et alii*, 2006: 167).

Numa inscrição encontrada na Coriscada (Meda) a população de um destes *vici* (os *vicani* *Segoaboncenses*) consagram uma ara a Júpiter no final do século II, início do século III d.C. (Curado, 1985a; Fernandes *et alii*, 2006: 167)<sup>23</sup>. Ainda não está esclarecido onde se localizava o *vicus* dos *Segoaboncenses*, mas os indícios parecem apontar mais para a Quinta do Campo (Cótimos/Coriscada) do que, como propõe Sá Coixão, para o sítio arqueológico do Gravato/Vale de Mouro, localizado a nascente da Coriscada (Perestrelo2003a; Coixão, 2004; Fernandes *et alii*, 2006). No entanto, é possível que algumas *villae* estivessem associadas a povoações do tipo *vici* na Lusitânia. Pode ser o caso do sítio das Minas da Senhora das Fontes, onde se encontraram fragmentos de pavimento de mosaico associados a uma área muito vasta de dispersão de materiais romanos. Tendo em conta a dimensão desta área arqueológica, colocámos a hipótese de se estar em presença de uma *villa* romana construída junto a um *vicus* (Perestrelo, 2003a: 78-79)<sup>24</sup>. Em Centum Celas (Belmonte) o provável proprietário da grandiosa *villa* invoca a protecção de Vénus e Minerva para o triunfo e a incolumidade de um *vicus*, certamente associado à *villa* (Fernandes *et alii*, 2006)<sup>25</sup>.

A generalidade da população indígena deve ter permanecido nos povoados de altura de origem proto-histórica, continuando, certamente, a praticar uma agricultura de subsistência, complementada com a criação de gado, nas terras situadas nas imediações dos povoados. Curiosamente, parecem ser os povoados indígenas com uma localização mais desfavorável, com poucas terras agrícolas nas imediações ou distantes das vias de comunicação que são abandonados com o advento do domínio romano<sup>26</sup>. Pelo contrário, os povoados localizados em posições dominantes sobre o território envolvente, com boas condições naturais de defesa e, por vezes, com defesas artificiais, parecem segurar alguma população durante o domínio romano.

No caso do Castelo dos Mouros de Cidadelhe os vestígios não permitem confirmar a existência de um núcleo populacional da época romana muito extenso. Mas se os vestígios deste período não são muito abundantes, estes não deixam de ser significativos. Entre os vestígios está um fragmento de inscrição latina, de uma placa rectangular possivelmente funerária (fig. 10), blocos graníticos almofadados, pedras trabalhadas de uma cornija emoldurada de um edifício importante<sup>27</sup>, olaria de construção e doméstica, incluindo fragmentos de cerâmica cinzenta fina, uma conta de colar azulada e fragmentos de fíbulas em bronze.

## 5.

Ainda no território das *civitates* surgem as *villae* e as inúmeras granjas (habitações de menores dimensões e sem o sumptuosidade das *villae*) mas boas terras para o cultivo e, por vezes, nas proximidades dos povoados de altura e na sua área imediata de influência. É o caso dos vestígios romanos identificados nos terrenos da actual aldeia de Cidadelhe (Pinhel) ou dos vestígios da Tapada do Leiro (Cogula, Trancoso) ou, ainda, do sítio do Porto de São Miguel (Castelo Mendo, Almeida) (vide Perestrelo, 2003a).

Pouco se conhece sobre a cronologia dos diversos estabelecimentos rurais romanos do Médio Côa. Os dados apontam para a instalação de estabelecimentos agrícolas já no século I d.C., maioritariamente no aro das capitais. No entanto, a maioria desses sítios classificados como *villae* ou granjas têm materiais de uma cronologia mais tardia, nomeadamente dos séculos III e IV d.C. (Perestrelo, 2003a).

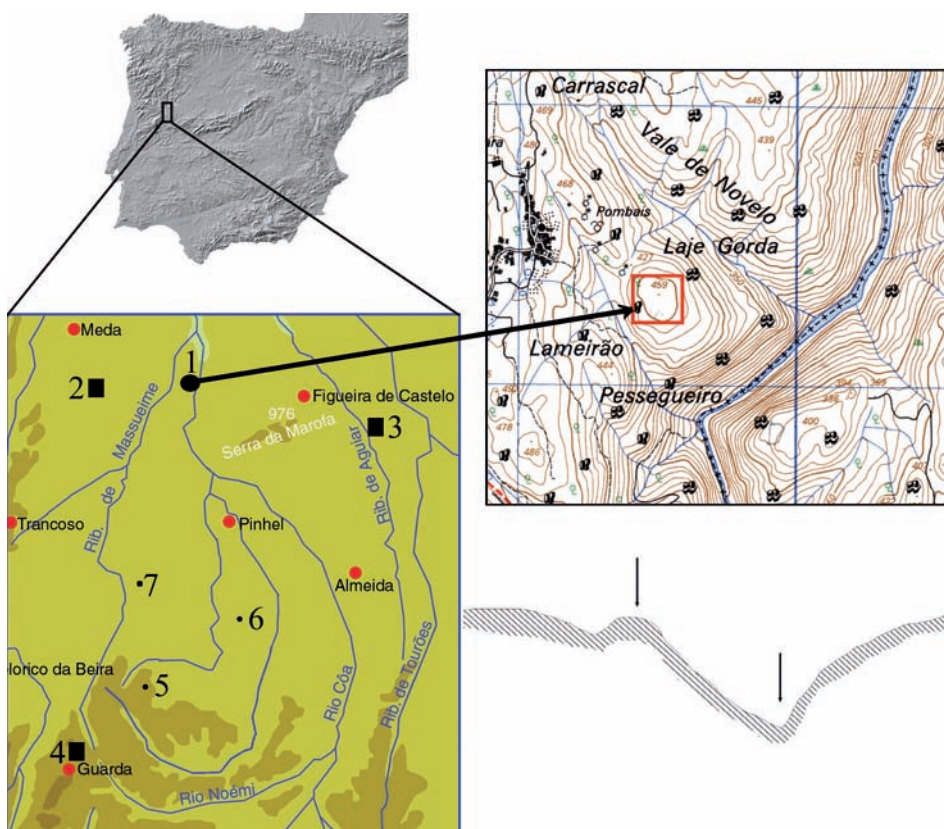
Muitos dos proprietários das *villae* e das granjas da região eram indígenas, como se pode

deduzir da rara epigrafia da região. É o caso da possível *villa* do Juízo (Pinhel) que terá tido como proprietário um certo Malgeino, filho de Bovo, enquanto na zona da aldeia de Santa Eufémia outro proprietário se identificava como Casábio, filho de Turrilo (Perestrelo, 2003a). Nas *villae* mais tardias do Médio Côa (séc. III e IV d.C.) encontram-se alguns itens de magnificência como os pavimentos de mosaico (Minas da Senhora das Fontes, Prado Galego e em Vale de Mouro/Gravato). Um belo painel musivo (até agora um dos mais belos pavimentos conhecido na Beira Interior) está a ser escavado no sítio de Vale de Mouro/Gravato (Coriscada) associado a um complexo termal (Coixão, 2004) que creio ser de carácter privado, como já referi<sup>28</sup>.

Para além das *villae* do Médio Côa identifiquei um conjunto de sítios mais modestos que classifiquei como granjas (habitações mais pequenas do que as *villae* mas maiores do que os casais) e simples casais construídos por indígenas romanizados (Perestrelo, 2003a). Entretanto, novas descobertas arqueológicas têm vindo a completar este mapa de povoamento da época romana no Médio Côa evidenciando a densidade de ocupação desta região<sup>29</sup>.

Os modestos núcleos urbanos, que funcionaram como capitais de *civitates*, enquadraram administrativamente um território e uma população romana distribuída por um conjunto de povoados de origem indígena, por *vici*, *villae* luxuosas, granjas e modestos casais que só agora começamos a conhecer um pouco melhor nesta área da bacia do rio Côa.

da estrada de Pinhel-Guarda impediu o reconhecimento destes vestígios romanos. De qualquer modo, a área de vestígios romanos descoberta no troço da estrada parece ter feito parte de uma *pars rustica* de uma granja ou, mesmo, *villa* romana que existiu entre a Quinta do Moinho Santo e a Quinta da Pega. Também nos arredores da aldeia de Prados têm sido inventariados por Filipe Pina (2004) abundantes vestígios da época romana.



figuras

fig. 1 Localização e perfil do Castelo dos Mouros.



fig. 2 Colina do Castelo dos Mouros visto de ocidente.

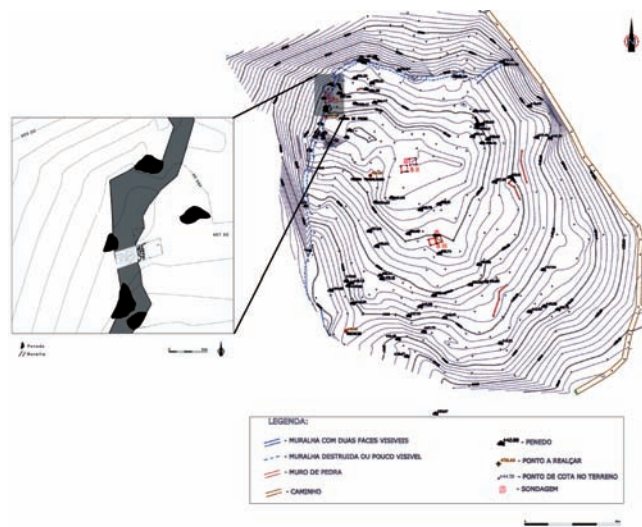


fig. 3 Castelo dos Mouros.



fig. 4 Cerâmica decorada do Sector III.



fig. 5 Castelo dos Mouros. Muralha no Sector I.

fig. 6 Castelo dos Mouros. Sector III 2.



fig. 7 Estela de Argomil.

fig. 8 Marca da Quinta da Urgueira.



fig. 9 Fotografia aérea do Castelo dos Prados.



fig. 10 Inscrição do Castelo dos Mouros.

## **bibliografia**

ALARCÃO, J. de (1988a) – *Roman Portugal. Vol. II.* Warminster: Aris e Phillips Ltd.

ALARCÃO, J. de (1988b) – *O Domínio Romano em Portugal.* Lisboa: Publicações Europa-América.

ALARCÃO, J. de (1988c) – Os Montes Hermínios e os Lusitanos. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro.* 2, p. 41-47.

ALARCÃO, J. de (1989) – Geografia Política e Religiosa da Civitas de Viseu. In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu.* Viseu: Governo Civil (Ser e Estar; 2), p. 305-314.

ALARCÃO, J. de (1993) – *Arqueologia da Serra da Estrela.* Manteigas: Instituto de Conservação da Natureza; Parque Natural da Serra da Estrela.

ALARCÃO, J. de (2005a) – Povoações romanas da Beira Transmontana e Alto Douro. *Côavisão: Cultura e Ciência.* Vila Nova de Foz Côa. 7 (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Meda / Vila Nova de Foz Côa. 29 de Abril a 02 de Maio de 2004), p. 9-19..

ALARCÃO, J. de (2005b) – Destacamentos da Legião X Gemina no Baixo Douro no Tempo de Cláudio? *Al-Madan.* Almada. 2ª série. 13, p. 78-81.

ALARCÃO, J. de (2006) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia IV. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa 9: 1, p. 131-147.

CARVALHO, P. C. (2005) – Identificação e representação espacial das capitais de civitates da Beira Interior. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior.* Guarda: ARA; CEI, p. 135-154.

CARVALHO, P. C. (2006) – *Cova da Beira: Ocupação e exploração do território na época romana.* [Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, policopiada e editada em CD, apresentada à Faculdade de Letras da universidade de Coimbra].

COIXÃO, A. do N. S. (2004) – Alguns subsídios para o estudo da romanização na área do concelho da Meda. *Côavisão: Cultura e Ciência.* Vila Nova de Foz Côa. 6, p. 83-95.

- COIXÃO, A. do N. S. (2005) – O Templo romano de Marialva. In *Catálogo da exposição “25 Sítios Arqueológicos da Beira Interior”*. Trancoso: ARA; Câmara Municipal de Trancoso, p. 10-11.
- CURADO, F. P. (1985a) – Ara votiva de Coriscada (Meda). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 11, n.º 45.
- CURADO, F. P. (1985b) – Ara votiva de Longroiva (Meda). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 11, n.º 44.
- CURADO, F. P. (1988-1994) – A propósito de Conimbriga e de Coniumbriga. *Gaya*. Vila Nova de Gaia. 6, p. 213-234.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ; Instituto Nacional de Investigação Científica (Cadernos da Uniarq; 1).
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1996) – A cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *Ophiussa*. Lisboa. 0, p. 109-131.
- FERNANDES, L. da S.; FERREIRA, M.<sup>a</sup> do C.; OSÓRIO, M.; PERESTRELO, M. S. G. (2006) – Vicus e Castellum na provincia Lusitania: Notas Epigráficas e Arqueológicas. *Conimbriga*. Coimbra. 45, p. 155-188.
- FRADE, H. (1998) – Ara a Júpiter da Civitas Cobelcorum. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 58, n.º 266.
- FRAGOSO, R.; ANTUNES, S. (2004) – Vestígios arqueológicos em Sobral da Serra. *O Interior*. Guarda. 249, 07-10-2004.
- GOMES, R. C. (1996) – *Castelos da Raia: Beira*. Vol. 1. Lisboa: IPPAR.
- GUERRA, A. (1987) – Acerca dos projecteis para funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série. 5, p. 161-177.
- GUERRA, A. (1989) – Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Crasto (São Romão, Seia). In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil (Ser e Estar; 2), p. 425-428.
- GUERRA, A. (2004) – Caepiana: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 : 2, p. 217-235.
- LE ROUX, P. (1982) – *L'Armée Romaine et L'Organisation des Provinces Ibériques D'Auguste a l'Invasion de 409*. Paris: Publications du Centre Pierre Paris.
- LOBÃO, J. C.; MARQUES, A. C.; NEVES, D. (2005) – Povoamento romano na área da Torre de Almofala (Civitas Cobelcorum). In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: ARA/CEI. Guarda, p. 171-188.

MARTÍN BRAVO, A. M. (1999) – *Los orígenes de Lusitania: el Y milenio a.C. en la Alta Extremadura*. Madrid: Real Academia de la Historia.

OSÓRIO, M. (2006) – *O Povoamento Romano do Alto Côa*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda; NAC (Territoria; 1).

PEREIRA, V. M. F. (2003b) – O Povoamento no I milénio a. C. na bacia hidrográfica do Alto Mondego (Guarda). In *Pré-actas do “Encuentro de Jóvenes investigadores sobre Bronce Final y Hierro en la Península Ibérica”* (Salamanca, 20, 21 e 22 de Outubro de 2003). Salamanca: Cátedra Condes de Barcelona; Fundación Duques de Soria, p. 336-354.

PERESTRELO, M. S. G. (1998a) – Fragmento de placa de Cidadelhe (Pinhel). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 59, n.º 272.

PERESTRELO, M. S. G. (1998b) – Marca de Oleiro do Manigoto (Pinhel). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 60, n.º 273.

PERESTRELO, M. S. G. (2001a) – A Idade do Bronze no Castelo dos Mouros de Cidadelhe (Pinhel). *Estudos Pré-Históricos*. Mangualde. 9, p. 133-142..

PERESTRELO, M. S. G. (2002) – O Castelo de Cidadelhe. In *Congresso Internacional de Arqueologia Iconográfica e Simbólica: Primeiras Jornadas do Turismo Científico e do Património do Vale do Côa (20 a 25 de Abril de 2002, Meda e Vale do Côa, Portugal): Livro de Actas*. [S.l.]: Liga dos Amigos de Conímbriga, p. 219-223.

PERESTRELO, M. S. G. (2003a) – *A romanização na bacia do Rio Côa*. [S.l.]: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

PERESTRELO, M. S. G. (2003b) – Ara a Bando Vordeiaico da Meda. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. Coimbra. 71, n.º 315.

PERESTRELO, M. S. G. (2005) – O Castelo dos Mouros de Cidadelhe e a Idade do Ferro no médio Côa. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: ARA/CEI, p. 67-94.

PERESTRELO, M. S. G.; SANTOS, A. T.; OSÓRIO, M. (2003) – Estruturas em fossa no sítio do Picoto (Guarda, Portugal). In *Pré-actas do “Encuentro de Jóvenes investigadores sobre Bronce Final y Hierro en la Península Ibérica”* (Salamanca, 20, 21 e 22 de Outubro de 2003). Salamanca: Cátedra Condes de Barcelona; Fundación Duques de Soria, p. 156 – 176.

PÉREZ GONZÁLEZ, C. (1986) – *El desarrollo urbanístico en Herrera de Pisuegra (Palencia) según la repartición de las marcas de Alfarero en T.S. Arqueología Espacial*. Teruel. 4 ( Colóquio sobre el microespacio), , p. 45-56.

PINA, F. (2004) – *Castelo de Prados: Contributo para o Estudo do Povoamento Romano da Bacia da Ribeira de Massueime*. [Trabalho policopiado apresentado ao Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra].

POUX, M.; GUYARD, L. (1999) – Un moule à balles de fronde inscrit d'époque tardo-républicaine à Paris (rue Saint-Martin). *Instrumentum: Bulletin du Groupe de travail européen sur l'artisanat et les productions manufacturées dans l'Antiquité*. Montagnac. 9, p. 29-30.

Disponível em [http://www.lychnology.org/IMG/pdf/\\_Bull\\_9.pdf](http://www.lychnology.org/IMG/pdf/_Bull_9.pdf) (Consultado em 29-01-2007).

RODRIGUES, A. V. (1983) – *Terras da Meda: Natureza e Cultura*. Meda: Ed. Câmara Municipal da Meda.

SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J. (2005) – Minería romana de oro en las Cuencas de los rios Erges/Erjas y Bazágueda (Lusitania): la zona minera de Penamacop-Meimoa. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: ARA/CEI, p. 251-268.

VAZ, J. L. I. (1985) – Inscrição Romana de Argomil (Pinhel). *Beira Alta*. Viseu. 44: 4, p. 635-639.

VILAÇA, R. (1995a) – *Aspectos do povoamento da Beira interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

VILAÇA, R. (2000) – Notas soltas sobre o Património Arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. In FERREIRA, M.<sup>a</sup> do C.; PERESTRELO, M. S. G.; OSÓRIO, M.; MARQUES, A. A., eds. – *Beira Interior: História e Património: Actas das I Jornadas do Património da Beira Interior* (Guarda, 1-3 de Outubro de 1998). Guarda: Câmara Municipal da Guarda, p. 31-50.

VILAÇA, R.; SANTOS, A. T.; PORFÍRIO, E.; MARQUES, J. N.; CORREIA, M.; CANAS, N. (2000) – O povoamento do I milénio a. C. na área do concelho do Fundão: pistas de aproximação ao seu conhecimento". *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 8, p. 187-219.